

**A & C REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO &
CONSTITUCIONAL**

a. 18

n. 72

abr./jun. 2018

Editorial	9
Big Data in the Public Sector	
<i>Big data no setor público</i>	
Lucía Bellochio	13
1 "Towards open and transparent governments"	14
2 Big Data in the public sector: What and why	15
3 Big Data, Open Data and Open Government	19
4 Challenges of modernization	20
5 Social Networks and Big Data for open governments: "Social Big Data"	23
6 Conclusion	26
References	27
The Possibilities of Consensual Resolution of Judicial Conflicts with the Public Administration	
<i>As possibilidades de solução consensual de conflitos judiciais com a Administração Pública</i>	
Gabriel Perlingeiro	31
1 Introduction	32
2 Consensual resolution of judicial disputes	34
3 Private-law and public-law relationships	37
4 Public interest	40
5 Consensual dispute resolution by the administrative authorities in matters of private law	42
6 Consensual dispute resolution by the administrative authorities in public law	45
7 Conclusion	48
References	48
Da validade da doação à Administração Pública: do Estado donatário	
<i>The Validity of the Donation to Public Administration: of the Donee State</i>	
Eduardo Fortunato Bim, Talden Farias	51
1 Introdução	52
2 A validade da doação pura à Administração Pública pela aplicação das normas do Código Civil na ausência de regra especial (Direito Privado Administrativo)	53
3 Da doação com encargo e suas peculiaridades: chamamento público	59
4 A discricionariedade da Administração Pública em receber a doação	61
5 Objeto da doação à Administração Pública e a forma de operacionalizá-la	63
6 A validade da doação à Administração Pública provinda de institutos relativos à persecução penal (transação penal, suspensão condicional do processo etc.) e da cível (termos de ajustamento de conduta)	65
7 Considerações finais	68
Referências	68

Compliance: instrumento de controle nas licitações públicas

Compliance: Control Instrument in Public Bidding

Antonio Rodrigo Machado, Paulo Afonso Cavichioli Carmona	71
1 Introdução	72
2 <i>Compliance</i> como exercício do Poder de Polícia Administrativa: a dinâmica da fiscalização em razão da legislação anticorrupção	75
3 <i>Compliance</i> e os princípios das licitações públicas	79
3.1 Os princípios das licitações públicas e o <i>compliance</i> na nova Lei das Estatais.....	82
3.2 A compatibilidade específica de cada princípio com a exigência do programa de <i>compliance</i>	84
4 Conclusão	88
Referências	90

Emendas temporais e provisórias e a Emenda Constitucional nº 91/2016: que processo legislativo é este?

Temporary and Provisional Amendments and the Constitutional Amendment No. 91/2016: what Legislative Procedure is this?

Luigi Bonizzato, Julia lunes Monteiro, Isabelle Esteves Moulin	93
Introdução	94
1 Emendas, Emenda nº 91 e o processo legislativo.....	95
2 A Emenda Constitucional nº 91 e comparativo histórico constitucional brasileiro.....	102
Conclusão	112
Referências	112

Mais um obstáculo ao SUS: o caso dos planos de saúde populares

Another Obstacle to Brazilian Public Health System: The Case of Popular Health Plans

Cynara Monteiro Mariano, Fabrícia Helena Linhares Coelho da Silva Pereira	115
Introdução	116
1 O serviço público de saúde como contraprestação inafastável do Estado e a crítica ao seu subfinanciamento.....	117
2 A regulamentação da assistência privada à saúde e as propostas de planos privados de saúde popular	122
3 O desvirtuamento da proposta do SUS pelo plano de saúde popular	126
Conclusões	130
Referências	132

A relação entre inovação e controle da Administração Pública

The Relationship Between Innovation and the Review of Administrative Action

Eduardo Jordão	133
1 Introdução	134
2 Impacto da inovação sobre o controle.....	135
2.1 O impacto gerado pelo uso de novas tecnologias	135
2.2 O impacto gerado por novas ideias.....	139
3 Impacto do controle sobre a inovação.....	141
3.1 A hipótese de fomento da inovação	141
3.2 A hipótese de comprometimento da inovação.....	143
4 Conclusão	144
Referências	145

Integridad y diseño institucional: estrategias para enfrentar la corrupción en el sector público en Argentina

Integrity and Institutional Design: Strategies to Face Corruption in the Public Sector in Argentina

Juan M. Mocoroa	147
1 Introducción.....	148
2 La corrupción como problema (conceptual, normativo e institucional)	149
3 ¿Qué es lo malo de la corrupción?	154
4 Diseño institucional.....	158
5 Conclusión	172
Referencias	172

Um novo regime jurídico para os contratos administrativos: aplicação subsidiária da condição de autoridade, inexistência de um regime geral de prerrogativas e enquadramento do contrato administrativo como instrumento de desenvolvimento

A New Legal Regime for Administrative Contracts: Subsidiary Application of the Condition of Authority, the Absence of a General Regime of Privileges and the Framework of the Administrative Contract as a Development Instrument

Vivian Cristina Lima Lopez Valle	175
1 Contratos administrativos como processos incompletos e mutáveis.....	177
2 Da flexibilização da obrigatoriedade de um regime geral de prerrogativas contratuais	179
3 Um ambiente contratual exorbitante subsidiário	181
4 Consensualismo nas relações contratuais, assimetria de posições jurídicas, regime subsidiário de autoridade e contrato como instrumento de desenvolvimento.....	186
Referências	205

O papel do Tribunal de Contas frente à *accountability*

The Role of the Court of Account about Accountability

Doris de Miranda Coutinho, Aline Sueli de Salles Santos	209
1 Introdução	210
2 Tribunal de Contas e o controle externo	211
2.1 Controle externo e sistema de controle externo	211
2.2 Natureza <i>sui generis</i> do processo de contas	213
2.3 Tribunal de Contas: órgão republicano independente	216
2.4 Distinção entre as espécies de prestação de contas	220
2.5 Competência para julgamento das contas do prefeito	221
3 Tribunais de Contas frente a <i>accountability</i>	223
3.1 <i>Accountability</i> : elementos	223
3.2 <i>Accountability</i> em rede: integração e eficiência	226
3.3 Tribunal de Contas: relação com os demais controles.....	227
4 Conclusão	230
Referências	231

Direitos fundamentais penais: entre o legislador e o tribunal constitucional

Criminal Fundamental Rights: Between the Legislator and the Constitutional Court

Edilson Pereira Nobre Júnior	235
1 Um passado ainda inquietante	236
2 A legalidade criminal e as constituições.....	237

3	O legislador, a constituição e o tribunal constitucional	243
4	O STF e a lei penal (dois precedentes).....	247
5	Síntese conclusiva	252
	Referências	253

Serviço social autônomo: alternativa à implementação de políticas públicas não exclusivas de Estado

Autonomous Social Service: Alternative to the Implementation of Non-Exclusive State Public Policies

Luiz Arnaldo Pereira da Cunha Junior, André Saddy, Glauco da Costa Knopp,

Eurípedes Aureliano Junior	255
Introdução	256
1 Origem e evolução do modelo Serviço Social Autônomo (SSA)	257
2 Conceito dos SSAs.....	262
3 Principais características dos SSAs e os posicionamentos atuais do TCU.....	268
3.1 Gestão de pessoas	268
3.2 Regramento de seleção e contratação de fornecedores.....	271
3.3 Arquitetura de governança	273
Conclusões	280
Referências	281

DIRETRIZES PARA AUTORES

AUTHOR GUIDELINES	291
Condições para Submissão	
<i>Submission Preparation Checklist</i>	296
Declaração de Direito Autoral	
<i>Copyright Notice</i>	297
Política de Privacidade	
<i>Privacy Statement</i>	297
Política de Ética e Diretrizes de Boas Práticas na Publicação	
<i>Publishing Ethics and Publishing Malpractice Statement</i>	298